

Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989)

Ivonete Pereira*

A historiografia brasileira vem produzindo diversos estudos sobre a ditadura militar, sendo variados os enfoques dados às pesquisas (Gaspari, 2002; Miranda & Tibúrcio, 1999; Reis Filho, 1990; Valle, 1999, somente para citar alguns). Os temas e as problemáticas não param de aflorar para pesquisadores interessados no assunto, ainda mais quando se tem a possibilidade de consultar diferentes arquivos e novas fontes sobre o período. Os olhares atentos de um considerável número de historiadoras(es), pautadas(os) em seus referenciais teóricos, produziram diversas e diferentes histórias da ditadura militar. Mais recentemente, esses olhares passaram a focalizar, como objetos e sujeitos de suas análises, mulheres que militaram contra o regime, sendo localizadas, inclusive, nos movimentos de guerrilhas (Soihet, 2005; Carvalho, 1998; Colling, 1997; Costa & et alii, 1980; Ferreira, 1996; Garcia, 1997, apenas para citar alguns).

Não obstante o crescente número de pesquisas sobre essa temática, é necessário ampliar o leque de possibilidades de abordá-la e de expandi-la, ou seja, para além de pensar o papel das mulheres na militância durante a ditadura militar, também localizá-las nos movimentos dos quais fizeram parte, se em movimentos de mulheres ou em movimentos feministas,

* Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

como elas agiram e interagiram com o feminismo de países que passaram por regimes igualmente autoritários, neste caso os países do Cone Sul (Pedro & Wolff, 2007, p. 55-69).

Segundo Paul Veyne (1971, p. 14), “a história é narrativa de acontecimentos”. Em outras palavras, ela é “um corpo de fatos” (idem, p. 20). Com essa afirmação, o autor defende que o que constitui um fato como um acontecimento histórico é o valor “dado” a ele, a importância que lhe é atribuída pelo historiador. Em suas análises, Veyne diz que, para o conhecimento histórico, um fato basta ter tido um lugar para ser interessante, mas é o olhar do historiador, lançado sobre ele, que fará dele um acontecimento histórico. Continua o autor dizendo que os fatos não acontecem isoladamente, mas em rede, a que denomina de “intriga”, a partir da qual o historiador construirá sua história, sem a ilusão de que estará dando conta de todo o acontecido, já que “o objeto de estudo não é nunca a totalidade dos fenômenos observáveis num tempo e num meio dado, mas sempre um de seus aspectos que são escolhidos” (Idem, p. 46).

Dessa perspectiva, observamos que carecem também de análise algumas identificações vividas por essas mulheres durante o período de militância – entre essas, a identificação com a maternidade –, a partir da investigação e da análise de suas experiências como mães e militantes. Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual investigamos e analisamos a trajetória¹ de vida de mulheres argentinas, brasileiras e paraguaias que, durante o período de 1964 a 1989, romperam com determinadas identidades de gênero para se engajar em projetos coletivos de militância, nos quais analisamos também os possíveis significados que tais escolhas geraram para a vida delas.

Neste artigo, em particular, estamos refletindo sobre a trajetória de duas mulheres: Maria Amélia de Almeida Teles e Irma Antognazzi.

Em Belo Horizonte, no ano de 1960, quando estava com 15 anos de idade, Maria Amélia – conhecida como Amelinha – tornou-se militante

1 Para efeito de esclarecimento, a noção conceitual de trajetória por nós utilizada é a apresentada em Bourdieu (1998, p. 183-191). Bourdieu, em suas análises, argumenta que este é um dos muitos caminhos possíveis, entre uma série de possibilidades, que pode ser seguido por indivíduo, ou pelo grupo, em um campo determinado, estando este sujeito a transformações. Identificamo-nos com tal definição ao considerarmos a militância de mulheres “em contraste com os demais caminhos abertos para as mulheres de sua geração”. Ver Goldenbert, 1997, p. 350).

do PCdoB, ainda quando o partido integrava o “Partidão”², passando, a partir desse momento, a traçar novos caminhos para sua história (Teles, 2009, p. 1). Irma Antognazzi, ativista dos direitos humanos, civis e políticos desde a década de 1960, a partir dos primeiros anos da década de 1970 passou a militar na Frente Anti-imperialista e pelo Socialismo (FAS)³, na cidade de Rosário, na Argentina, mudando assim os rumos de sua trajetória (Antognazzi, 2008, p. 1).

Cabe salientar que a análise das narrativas dessas mulheres é de suma importância para os estudos da especificidade da militância feminina, tendo em vista as condições em que elas se inseriram nos movimentos de resistência, já que, para isso, tiveram que desafiar o código social vigente, que estipulava as identidades de gênero, entre as quais, certamente, não fazia parte a inserção em organizações de resistência ao regime.

Por serem as experiências vivenciadas por essas mulheres diferentes entre si e, principalmente, diferentes das vivenciadas pelos homens, podemos arriscar que a militância das mulheres, no referido período, tem duplo destaque: primeiro, contesta o regime político vigente, firmando sua presença no espaço público-político, e, segundo, coloca em xeque valores estabelecidos e as hierarquias de gênero no contexto social vigente.

Ao abraçarem a causa coletiva da militância, romperam com o que se esperava de uma mulher, adotando outras identificações até então a elas proibidas. Assim, no bojo desse processo, foram quebradas normas, tabus e toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afetava, de forma incisiva, a vida dessas mulheres naquele período.

Nesse sentido, malgrado todas as quebras de tabus e a superação de obstáculos referentes à militância dessas mulheres, carecem de estudos as narrativas acerca dos elementos subjetivos que configuravam o ser militante (projeto coletivo) e o ser mãe (projeto individual). Possivelmente a maternidade, para essas mulheres, consistiu em experiências permeadas por conflitos, haja vista que as organizações de militância em que estavam inseridas geralmente se posicionavam indicando e/ou influenciando os

2 O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi formado em 1962 por dissidentes do chamado “Partidão”, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Cf. Reis Filho (1990, p. 141).

3 Nome oficial, desde 1967, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, legalizado em 1973. Em 1976, torna-se clandestino novamente.

caminhos a serem seguidos pelas militantes e pelos casais, sendo que, para algumas, tais projetos individuais eram entendidos como excludentes.

Nos casos específicos deste artigo, ambas as entrevistadas afirmam não terem tido problemas com o Partido e/ou com companheiros de militância. Amelinha diz que, quando ficou grávida, devido a suas funções no Partido não recebera nenhuma crítica ou represália por isso (Teles, 2009, p. 2); Antognazzi (2010, p. 1) afirma que, quando entrou para o Partido, seu filho já tinha alguns meses e ela foi muito bem recebida, tendo em vista a posição positiva do Partido em relação à questão da maternidade. Em outro momento do texto, retornaremos a esta discussão.

Não podemos atribuir uma experiência conflituosa a todas as militantes, pois, além de cada organização ter suas próprias normas, certamente essa questão pode ter sido tratada diferentemente por cada país. Nossas discussões se restringem, portanto, à análise dos dados levantados em nossas fontes sobre essa questão.

Independentemente, porém, de a maternidade ter sido ou não encarada como problema pelas organizações em que estavam inseridas as militantes brasileiras e argentinas, a conciliação entre militância e maternidade, para essas mulheres, foi conflitante, mesmo que apenas em sua subjetividade – o que verificamos através de suas narrativas e dos demais documentos.

Ao realizar estudos sobre a maternidade, Ana Paula Vosne Martins (2008, p. 1) afirma que problematizar historicamente a maternidade requer que o historiador esteja atento às diversas abordagens que os estudos feministas deram para ela, pois “as relações entre o feminismo e a maternidade têm sido marcadas pela contradição e polêmica”. De acordo com a autora, o feminismo das décadas de 1960 e 1970 trazia, no bojo de seu discurso, a maternidade como dispositivo de alienação, de dominação e de opressão das mulheres, tanto no plano dos direitos civis como no plano ideológico.

Foi ainda na década de 1970, afirma Vosne Martins, e nos anos de 1980, que o feminismo se posicionou favoravelmente à maternidade. A autora, contudo, critica que, apesar de o feminismo reincluir a maternidade em suas reflexões “sobre os paradigmas filosóficos e científicos, o fez de maneira a-histórica, pois a maternidade, enquanto experiência ética, não é semelhante para todas as mulheres, a não ser que se essencialize a maternidade ou as mulheres” (Martins, 2008, p. 3).

Concebendo a maternidade não como um conceito abstrato ou como pressuposto cultural partilhado, em particular com a noção de mãe, noção criada pela cultura ocidental cristã, mas como parte expressiva de relações concretas, e que as militantes brasileiras e argentinas de nossa pesquisa estavam inseridas num contexto em que, segundo Vosne Martins, havia por parte do feminismo conflitos e contradições acerca da maternidade, é que centralizamos nossas reflexões em duas das diferentes identificações vividas por essas mulheres durante o período das ditaduras em seus países, as identificações da militância e da maternidade.

Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 76), ao analisar o processo de construção da identidade e da diferença da perspectiva da demarcação de lugares de pertencimento, afirma que “[...] somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais”. Para Stuart Hall (2000), as identidades são construções discursivas, constituídas de formas múltiplas no interior de jogos de poder. Heterogêneas e cambiantes, são produtos da diferença e da exclusão, e não símbolo de unidade idêntica, constituída naturalmente, e neste caso se constituem em identificações. Para compreender o significado das identificações, é necessário buscar as formações e práticas discursivas que as construíram, bem como os locais históricos e culturais em que foram pautadas. Foi com base nessa caracterização que, através da história comparativa, refletimos sobre as experiências de mulheres brasileiras e argentinas em suas identificações com a militância e com a maternidade. Cabe destacar que, na construção dessa história comparativa, buscamos, para além das similitudes, também as diferenças existentes no *modus operandi*, dadas as singularidades de cada contexto, a cultura e a subjetividade de cada uma dessas mulheres.

No viés de lançarmos nosso olhar de historiadora às trajetórias dessas mulheres militantes durante os anos de 1964 a 1989, também demonstramos a importância delas para a história política e social do Brasil e da Argentina, bem como a influência de suas ações nas transformações ocorridas em seus países, durante e após as ditaduras.

Devemos lembrar que essas mulheres estavam inseridas em uma época em que, para além da luta contra o autoritarismo do Estado, outras lutas tinham início e outras já vinham sendo travadas, inclusive a luta pelo respeito às suas identidades e às suas diferenças. Essas mulheres fizeram parte de uma geração que lançou novos questionamentos, novos problemas,

e foi em busca de diversificadas alternativas. Tais lutas possibilitaram, entre outras coisas, que atualmente não nos cause estranhamento mulheres ocupando chefias de Estado, compondo os quadros ministeriais, senatoriais e das câmaras em diversos países do Cone Sul.

Essas mulheres transformaram o contexto social em que viveram e foram por ele transformadas, tanto no campo da política como no das relações de gênero, pois romperam com códigos tradicionais de conduta e propuseram, no lugar desses códigos, formas alternativas de viver. Lançaram, assim, os pilares de mudanças vivenciadas pelas gerações posteriores de mulheres.

Não é nossa pretensão atribuir “valores” às trajetórias dessas mulheres, pois elas já os possuem. Assim, o que propomos fazer é lançar nosso olhar sobre elas e, a partir desse olhar, demonstrar a importância de sua militância política na luta contra os regimes autoritários no Brasil e na Argentina entre 1964 e 1989.

Para efeito de análise, dois pontos merecem destaque. Primeiro, é a partir da narrativa que estamos construindo essa história, já que essa perspectiva de trabalhar a história nos permite o questionamento dos antigos enfoques analíticos, centrados nas datas impostas pelo discurso oficial, nos grandes acontecimentos ou na ênfase concedida aos nomes consagrados pela heroização política. Cenas cotidianas e aparentemente inexpressivas para a elucidação dos fatos históricos passam a compor o quadro das pequenas narrativas, igualmente responsáveis pela construção do sentido subliminar da história.

Em sua narrativa, Amelinha relata um episódio vivenciado por ela e seus filhos durante o período de sua clandestinidade:

O dia que o Brasil ganhou aquele negócio de 70... e eu não fui pra lá comemorar junto?! (risos). Vou lá no meio do povão, aquele povão todo lá, quem é que vai descobrir que eu sou comunista? e eu lá curtindo, o pessoal falando do Garrincha, e não sei o que, e eu to lá no meio deles, ouvindo tudo. Nossa, eu pensei assim, se os meninos falarem alguma coisa assim. Eu não! nós torcemos na televisão, não, eles estão imaginando... imagina! Na muvuca?! (Teles, 2009, p. 13).

O relato que Amelinha faz de sua participação – aparentemente banal – na comemoração pela vitória do Brasil na Copa de 1970, nas ruas, junto a milhares de pessoas, está cheio de significados. Para milhares de pessoas, ela era apenas mais um sujeito anônimo que comemorava a vitória, e não uma militante engajada na luta contra o regime, uma mulher que tentava conciliar suas identificações da maternidade e da militância. Esse fato aparentemente corriqueiro demonstra, por um lado, a ousadia e o desafio lançado por Amelinha aos militares: identificá-la em meio à multidão; por outro, a resistência e a desobediência dela em relação às normas e às regras do Partido, de estar em um local onde, certamente, era grande o número de policiais presentes. Sua narrativa em meio aos risos demonstra sua satisfação em desafiar o regime e em desobedecer ao Partido.

O segundo ponto diz respeito às principais fontes que estamos utilizando: as memórias dessas mulheres. Como propõe Paul Thompson (1992, p. 138), estamos analisando tais memórias não apenas como documento, mas como testemunhos subjetivos acerca da temática por nós pesquisada, testemunhos expressos através da narrativa de mulheres militantes contra as ditaduras brasileira e argentina.

Nesse sentido, as reflexões de Dora Schwarzstein (2001, p. 73) nos ajudam a pensar essa questão, quando afirma que “La historia oral nos brinda elementos para comprender las maneras en que la gente recuerda e contruye sus memórias”. Trata-se de um método que cria seus próprios documentos, resultado de diálogos sobre a memória. Assim, não se podem considerar os testemunhos como simples registros. São produtos culturais complexos. “En otras palabras, los testimonios de historia oral están profundamente influenciados por discursos y prácticas del presente y pertenecen a la esfera de la subjetividad”.

As reflexões da autora abrem caminhos para pensarmos a dimensão plural e complexa da História Oral: esta nos permite interrogar sobre o processo de construção da memória, observar a subjetividade de Amelinha e Antognazzi, compreender as possibilidades que se colocavam em seus caminhos e algumas das escolhas que fizeram. E também perceber como suas histórias são contadas, organizadas através de uma narrativa, que dá sentido ao vivido a partir do presente delas. Essa narrativa, composta de elaborações sobre o passado, é pautada pelas referências e certezas do “hoje”; são lembranças perpassadas por uma série de experiências vividas por elas.

Outra questão importante que Schwarzstein apresenta refere-se a como as memórias individuais de cada uma estão relacionadas com outras memórias, com outros discursos e com outras representações presentes na sociedade, o que certamente suscita questões relevantes a respeito das relações de suas memórias individuais com uma memória coletiva.

Desta feita, essas análises se fazem essenciais para pensarmos as memórias dessas mulheres, no sentido de compreendê-las como memórias individuais, mas pautadas por referências e interferências da memória coletiva, e, no seu caráter de memórias “subterrâneas” que, por muito tempo, permaneceram em silêncio, vindas à tona através de suas narrativas.

Ao nos embrenharmos na realização de uma história comparativa cujo campo de análise abrange Brasil e Argentina, devemos ter claro que ela não irá se restringir às relações entre esses países, mas a partir de uma problemática comum a eles, evitando falsas analogias e anacronismos, para identificar as semelhanças dos processos históricos em análise e, mediante um conjunto de variáveis indagadas sistematicamente nos casos em consideração, encontrar o ponto crítico diferenciador entre eles (Fausto & Devoto, 2004, p. 13-18).

Não apenas especificamente no caso de Amelinha e de Antognazzi, mas, de maneira mais geral, para a escrita dessa história, apesar de a fonte oral ser nosso principal instrumento de reflexão, estamos fazendo uso de outras. Tais fontes, quando cruzadas com as narrativas de nossas entrevistadas, vão compondo o que poderíamos chamar de mosaico, já que, para essa história, juntamos uma peça aqui, outra acolá. Através de uma dessas fontes chegamos ao depoimento que denuncia que,

Na tarde desse dia, por volta das 7 horas foram trazidos sequestrados, também para a OBAN meus dois filhos, Janaina de Almeida Teles, de 5 anos e Edson Luiz de Almeida Teles, de 4 anos, quando fomos mostrados a eles com vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas [...] sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados. (BRASIL: Nunca mais, 1995, p. 45).

Esse depoimento foi feito pelo motorista César Augusto Teles e ratificado por sua esposa, a professora Maria Amélia de Almeida Teles, presos por agentes do DOI-CODI em dezembro de 1972. Ele aparece no

Relatório do Projeto de Pesquisa “BRASIL: Nunca Mais”⁴, desenvolvido por um pequeno grupo de especialistas de diferentes áreas, iniciado em 1979 e concluído em 1985. O referido projeto tinha por objetivo analisar a repressão exercida pelos governos militares, a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades, do regime vigente na época.

Os documentos selecionados para análise foram os processos políticos que transitaram pela Justiça Militar Brasileira e atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar entre o período de abril de 1964 a março de 1979. Após a organização do relatório, é publicado o que poderia ser chamado de uma síntese do projeto, concluído em 1985. Na organização do livro, os pesquisadores optaram por alternar a transcrição dos depoimentos com análises sobre o período, a máquina repressora e o sistema político daquele momento.

Devido à quantidade expressiva dos processos analisados, bem como dos dados neles existentes, talvez tenha sido opção dos organizadores da obra “BRASIL: Nunca Mais” não fornecer informações detalhadas sobre as pessoas envolvidas nos processos, como César Augusto e sua esposa Maria Amélia, quando expõem parte de seus depoimentos. Ao revelar suas identidades, contudo, a obra dá vida a essas pessoas, tirando-as do anonimato, evitando que se tornem números que engrossam as estatísticas dos que foram engolidos pela máquina repressiva do Estado.

Na narrativa de suas memórias, Amelinha se defronta com o recordar de lembranças que, *a priori*, deveriam ser esquecidas, mas não conseguindo criar uma memória de esquecimento, vai narrando, malgrado o que tais lembranças ainda lhe causem.

É, muitas vezes, na frente deles, me punha no pau de arara, enfim, todo tipo de tortura. [...] Minhas crianças muitas vezes foram levadas na sala de tortura no pós tortura... [...] Eles perguntavam por que eu era roxa, por que eu estava sempre roxa? eu fiquei desfigurada, eu fiquei desfigurada, né, até lembro, eu tenho uma amiga no Rio, ela ficou presa junto comigo e ela fala isso, que naqueles dias ela nunca vai esquecer aquela cara que eu tinha. E

4 Tal obra é pioneira não apenas como documento que contém dados que pesquisadoras(es) consultam, mas também como documento-denúncia na luta contra as ações de um regime autoritário e ditatorial.

os meus filhos foram obrigados a ver essa situação, depois eles foram para a casa da repressão, ficaram 15 dias, nós imaginamos, depois foram levados para a casa de um delegado de polícia, lá de Belo Horizonte, que era cunhado do meu marido, eles falaram que iam levar para casa do cunhado, que era delegado do Dops [...] (Teles, 2005, p. 30).

Fragmentos da memória de Amelinha expõem a tortura física e psicológica a que foram submetidos ela e seu companheiro César Augusto, assim como a tortura psicológica também sofrida por seus filhos, naqueles tempos de medos e incertezas. Revelam, ainda, que o que a mantinha viva e lúcida era a esperança de que nada estava sendo em vão e a certeza de que, mesmo irreconhecível, “desfigurada”, havia algo que seus torturadores, e o regime, não poderiam alcançar, macular, atingir: seus sonhos e ideais de liberdade, de igualdade e de justiça.

Amelinha, na narrativa de suas memórias, nos fornece detalhes do momento em que sua família foi levada para os “porões da ditadura”, bem como sobreviveu às torturas físicas, psicológicas, e de como sua vida e de seus familiares foi invadida pela máquina repressora do Estado, além de suas estratégias de luta contra o regime, pela sobrevivência, liberdade, democracia e direitos humanos.

Em 1964, Amelinha foi presa pela primeira vez. Julgada e condenada, após ficar alguns dias na prisão foi liberada, passando a responder processo em liberdade. Demitida do emprego devido a sua prisão, e já com uma união estável com o presidente do sindicato dos ferroviários de Belo Horizonte, César Augusto, em 1966, Amelinha, junto com seu companheiro, passou a viver na clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro. Lá, além de militar para a causa, passou a trabalhar para o Partido, tornando-se a pessoa responsável por todas as tarefas e questões ligadas à imprensa clandestina da organização.

Em plena clandestinidade, Amelinha ficou grávida e, em 1967, nasceu sua filha Janaína. Ao ser inquirida se teve algum problema com o Partido ou com seus companheiros de militância por ter engravidado, respondeu que existia no partido uma discussão sobre o nível de participação das mulheres, bem como sobre o fato de elas terem ou não filhos, no entanto, devido à importância do trabalho dela e de César junto à imprensa e às várias outras atividades que desenvolviam, ninguém do Partido criou

problema, apenas foi questionada se ela gostaria de fazer aborto, o que ela refutou de imediato (Teles, 2009, p. 2).

De acordo com sua narrativa, até 1968 não havia mulheres no partido. Depois passou a ter, mas eram muito mais simpatizantes que militantes como ela. Em sua maioria, eram mulheres que tinham filhos, maridos ou outras pessoas de seu convívio que militavam. Sendo assim, a entrevistada também não presenciou nenhum desgaste do Partido em relação a alguma mulher por conta de uma gravidez, já que isso não implicaria diretamente interferências nas atividades dentro dele.

Amelinha deixa claro que ela, especificamente, não teve nenhum problema com o Partido e seus companheiros de militância por conta da gravidez e do nascimento de seus filhos, como já mencionado, contudo nos deixa em dúvida quanto ao real posicionamento da organização diante dessa questão ao afirmar: “Existe uma discussão muito forte dentro do partido em relação tanto a participação das mulheres e com que nível que se pode dar e que se pode ter filhos ou não” (TELES, 2009, p. 1). Partimos do pressuposto de que, se existia discussão, era porque o problema estava posto. Não vemos, portanto, essa questão como tranquila dentro do partido, e se Amelinha não teve problemas, possivelmente outras mulheres podem ter tido.

Amelinha afirma, ainda, que não teve problemas com a gravidez e a militância, no entanto, diz ela, por ser uma mãe inexperiente, sentia-se só no que se referia à divisão de apreensões sobre a maternidade e sobre questões práticas do dia a dia. Diz que seus companheiros do Partido eram solidários, mas que não confiava neles, já que não eram atenciosos. Quanto a César, ao contrário, nele tinha plena confiança para deixar sua filha quando tinha que se ausentar. E também tinha confiança nas mulheres dos militantes, com quem sempre deixava seus filhos com tranquilidade: “eu até percebia isso, que elas tratavam muito melhor os meus filhos do que eu própria. Eu percebia isso” (Teles, 2009, p. 3).

Destaca, em sua narrativa, que tais mulheres

Tinham aquele carinho, exemplo, gostavam de comer pastel, de fazer pastel pra eles. Essas coisas assim. Que eu não ia fazer pastel. Não dava tempo de fazer pastel e tinha esses detalhes, assim, aquele pastel gostoso. [...] Ele vinha com aquela roupinha toda passadinha, limpinha. Muitos dias nem passava a roupa, tirava do varal e punha nele. (TELES, 2009, p. 3).

Ante a afirmação de que as mulheres dos companheiros de militância tratavam seus filhos melhor do que ela própria, temos a impressão de que Amelinha hierarquizava as atividades de militância e da maternidade, sendo que o “cuidar” dos filhos estaria em uma escala inferior no grau de suas prioridades, pois, nas palavras dela, as mulheres faziam a “comidinha” de que as crianças gostavam e que ela não tinha tempo para fazer. Certamente essa é nossa leitura de sua narrativa, por outro lado pensamos que isso vem de encontro à concepção que Amelinha tem de maternidade.

Através da narrativa de suas memórias, Amelinha esclarece que vê a maternidade como um projeto coletivo e não individual:

Mas eu acho que a maternidade, a minha maternidade, pode ser que a dos outros seja individual, mas a minha foi coletiva. Já que todos os homens foram pais dos meus filhos, eles se consideravam. Só tinha homem, né, não tinha mulher, mas se tivesse mulher também ia bem (Teles, 2009, p. 14).

Ficamos na dúvida se essa visão de maternidade coletiva não era apenas uma idealização de Amelinha, pois se, em sua narrativa acima colocada, diz que seus companheiros de militância foram pais para seus filhos, em outro momento da mesma narrativa, ao destacar quanto as mulheres dos militantes eram cuidadosas com seus filhos, afirma que seus filhos “era[m] muito bem tratado[s], mas não era pelos homens, era pelas mulheres dos homens” (Teles, 2009, p. 3). Em outro momento, já colocado aqui, também expressou a falta de confiança em deixar seus filhos aos cuidados de seus companheiros de militância. E, mesmo em relação à ajuda, cuidado e carinho que essas mulheres davam a seus filhos, não seria apenas solidariedade? Vemos com fragilidade as colocações feitas por Amelinha, para demonstrar que sua maternidade foi coletiva. Temos a impressão de que ela tenta buscar no Partido e em seus companheiros uma “autorização” para sua visão de maternidade.

Desta feita, expondo suas ideias sobre maternidade, Amelinha deixa transparecer toda sua formação político-ideológica ao afirmar que, para além de coletiva, a maternidade é uma questão social, já que cabe à sociedade: “ela é uma questão social porque toda a sociedade tem uma responsabilidade por aquele ser que você teve” (Teles, 2009, p. 18).

Nós nos perguntamos se seria por ter essa visão sobre maternidade que Amelinha diz não ter tido problemas em conciliar suas atividades de militância com a maternidade, mas que, contraditoriamente, ao narrar as experiências que teve de ambas as identificações, tais dificuldades aparecem, como quando fala de seu reencontro com os filhos após sua saída da prisão:

E aí, o retorno, junto com meus filhos foi um momento muito difícil... Muito estranhamento. Eu sentia eles distantes, sabe, foi muito difícil. Eu acho que esse retorno com os meus filhos, essa dificuldade ficou pro resto da vida. Você entendeu? Você tem uma cobrança, não que não dê, que eu não convivo com meus filhos. Mas é uma coisa assim que você até pra proteger eles, você passa a manter essa distância. Sabe se lá quando eles vão prender de novo, né. Você entendeu? Isso fica pro resto da vida. É um trauma. O trauma, eu falo assim, eu fiquei para o resto da vida. A maternidade é uma coisa que é muito pesada, muito, muito, muito pesada para as mulheres. Entendeu? (Teles, 2009, p. 15).

Ao contrário da maternidade, que Amelinha afirma se algo muito difícil, a militância parecia ser algo inerente às pessoas: “a militância é uma coisa, a militância, você está nela. De uma forma consciente. Na verdade nem sempre... não. Nem sempre... quem é gente... quem é mãe conscientemente? Eu queria saber” (Teles, p. 2009, p. 17).

Contradizendo suas noções sobre maternidade, Amelinha vai narrando sua experiência de mãe após a prisão, mas ainda na militância, como um projeto muito seu – e não coletivo –, um problema muito particular, muito individual; barreiras, crises, problemas que as mães, que não veem a maternidade como projeto coletivo e questão social, vivenciam. Ela mantém, contudo, a afirmativa de que não teve conflitos para conciliar as duas identificações por ela assumidas, a de militante e a de maternidade. Deixa-nos na dúvida se realmente acredita nisso, ou se necessita, como parte de seu projeto de vida e projeto político (que, diga-se de passagem, ela não os distingue), reafirmar seu bom êxito na vivência das duas identificações.

Se recorrermos às questões levantadas por Alejandra Oberti em “Contarse a sí mismas”, onde ela questiona quem, nas narrativas de uma

pessoa entrevistada, é o sujeito: se aquele que viveu a experiência passada ou aquele que recorda (Oberti, 2006, p. 48), podemos arriscar que, em relação aos conflitos existentes entre as duas identificações, negados por Amelinha, ela, em um processo de subjetivação, narra as experiências dos muitos “eus” que constituiu, narra a ficção/realidade que criou, em que teve de acreditar, daí a contradição e a aparente confusão de sua fala.

Através, também, da narrativa de suas memórias, Amelinha expõe as dificuldades que ela teve em relação ao processo de se autoidentificar com os diferentes nomes que o Partido lhe dava (Teles, p. 2009, 8). Era sempre um recomeço, uma redescoberta de si mesma. Vivenciava uma metamorfose da “fulana” que deveria ser enterrada nos subterrâneos de sua memória para Maria Helena, Carmem e tantas outras, que passavam a constituir-se como sujeito real.

Ao vasculhar suas memórias e trazer esses nomes à tona, a entrevistada transmite a “confusão” que cada mudança de nome e/ou de casa criava em seu “eu”, já que, para cada novo nome, e novo lugar, tinha que criar uma nova personagem e toda uma história na qual aquela personagem coubesse.

Você tinha que sempre armar uma história que não era a história, entendeu? pra poder aparentar normalidade. Então você... Era um negócio muito difícil, né? você vivia numa ficção, né? a coisa era uma ficção, mas era a realidade. Você vivia uma ficção realmente. Você vivia mais a ficção do que a realidade, mas a realidade era aquela. Era a ficção. Você tinha que criar situação (Teles, 2009, p. 9).

Ao afirmar que vivia uma ficção, mas que era a realidade, Amelinha demonstra a morte e o nascimento das várias mulheres que ela foi, dos muitos “eus” que ela enterrou e a que deu vida. Esse, possivelmente, não foi um processo fácil, pois essa constituição do sujeito de si para si, nas palavras de Foucault (1988), é permeada por saberes e por poderes que produzem a “verdade” do próprio sujeito. Uma verdade inventada e produzida, condição *sine qua non* para a existência de seu “eu”, já que, para ele existir, Amelinha tinha que acreditar nessa existência. Assim, portanto, seu confuso jogo de palavras, ao descrever que sua vida fictícia era sua realidade, passa a fazer sentido a partir do momento em que ela criava

uma personagem, uma história e, para fazer com que as pessoas acreditassem em sua personagem e em sua história, primeiro ela tinha que acreditar naquela ficção e torná-la sua realidade.

Malgrado as reiteradas afirmações de que conciliou com tranquilidade as identificações da militância e da maternidade, ao longo de sua narrativa Amelinha nos passa as dificuldades que teve para fazer isso. A impressão que tais memórias nos repassam é a de que, em alguns momentos, ela não as conciliou, mas sobrepôs uma (a da militância) à outra (a da maternidade). “Minha maternidade na clandestinidade, ela foi uma maternidade que acho que até me ajudou a enfrentar... talvez tenha até me ajudado afetivamente a enfrentar a clandestinidade que é um processo muito difícil” (Teles, 2009, p. 3).

A militância, aparentemente, estava tão impregnada em todas as suas ações que, até mesmo a casa em que morava com os filhos e com marido, ela, em sua narrativa, chama de “aparelho”. Não justifica o nome dado, apenas diz que era na(s) casa(s) em que morava que aconteciam as reuniões do Partido e onde funcionava a gráfica e fazia todos os trabalhos da imprensa (Teles, 2009, p. 2). O “aparelho”, símbolo da militância, pelo que nos foi narrado jamais foi chamado de “lar”, algo que poderia ser ligado à maternidade.

Ao falar das muitas atividades que exercia no Partido, Amelinha também deixa transparecer como a filha e o filho foram importantes naquele momento para dar ao “aparelho” uma aparência de “normal”, para que a vizinhança não desconfiasse de nada. A presença deles criava todo um aspecto de “normalidade”: uma mãe, uma filha, um filho, um pai, um lar... em suas palavras, uma “ficção”.

As dificuldades de conciliação das identificações aparecem também quando fala dos problemas que teve de enfrentar em relação aos filhos quando inseridos nas diferentes ficções/realidades, algo de difícil assimilação para eles, até porque era uma ficção criada por ela, e que eles tinham de vivenciar como a realidade daquele momento.

Sendo assim, as dificuldades deles para ajustar suas vidas a essa realidade/ficção requeria que ela lidasse com a situação de forma muito cuidadosa, para não prejudicá-los e, ao mesmo tempo, impedir que eles desvelassem suas identidades reais. Com a afirmação dessas dificuldades, torna-se muito mais claro que a conciliação de suas identificações não foi um processo tão tranquilo quanto a sua narrativa coloca. Mesmo porque,

de acordo com ela, os “princípios” de verdade e de transparência, que tentava repassar a seus filhos, encontrava limites em seus atos de “opacidade” e de camuflagem de identidade.

Não é nossa intenção fazer juízo de valor e julgar se Amelinha cuidava mais ou menos dos filhos que outras mães, se ela foi mais militante que mãe. O que estamos ressaltando é a dificuldade que ela teve em conciliar suas identificações da militância e da maternidade – dificuldade que ela nega, mas que, teimosamente, nas entrelinhas de sua narrativa, suas memórias revelam.

Durante nossas análises, estamos tendo o devido cuidado com as singularidades e as subjetividades, não correndo o risco de cairmos em um determinismo generalizante, já que, em um mesmo contexto, as pessoas, quer sejam da mesma geração, quer sejam do mesmo grupo de convívio, não são afetadas por algo de maneira igualitária, podendo, portanto, assumir caminhos e posturas diferentes (Motta, 2004, p. 351),

Desta feita, ao analisarmos as memórias de Irma Antognazzi⁵, para além de termos claro que o regime autoritário de seu país, a Argentina, não teve uma mesma linearidade que a do Brasil – não apenas por ter acontecido em tempo diferenciado, mas principalmente pelas peculiaridades relativas aos contextos de cada país –, também sabemos que não podemos atribuir as mesmas significações às memórias de Antognazzi e às de Amelinha, malgrado o fato de serem mulheres, militantes, mães que lutaram pelos mesmos ideais, em contextos diferentes, haja vista a subjetividade implícita nas narrativas de ambas.

Também não é nossa pretensão que as reflexões a respeito das experiências dessas duas mulheres deem conta das experiências de todas as mulheres brasileiras e argentinas que experienciaram situações similares. Cabe lembrar, no entanto, o que já frisamos antes: que suas memórias, embora individuais, estão relacionadas e são pautadas por referências e interferência de uma memória coletiva que denota uma experiência coletiva que sai dos subterrâneos através da narrativa dessas mulheres.

Antognazzi relata que, ainda no governo de Isabelita Perón, período em que lecionava a disciplina de História no curso secundário de colégios

5 Atualmente é professora titular da Cátedra Problemática Histórica na Faculdade de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosários e Diretora do Grupo de Trabalho Hacer la Historia.

públicos em Rosário, em 12 de agosto de 1975 teve sua casa invadida pela polícia e, por encontrarem em sua casa a revista *O Combatente*, de cunho socialista, foi presa como subversiva, tendo seu filho, com idade de 1 ano e meio, arrancado de seus braços e, posteriormente, encaminhado aos cuidados dos avós paternos (Antognazzi, 2008).

Inicialmente foi tratada como presa comum, mas após o golpe de 1976 passou a ser tratada como presa política e enviada ao cárcere de mulheres da Villa Devoto, Unidade nº 2 da Penitenciária de Buenos Aires.

De acordo com o depoimento de Antognazzi, a Unidade nº 2 concentrava mais de mil mulheres, prisioneiras políticas, vindas de diferentes regiões da Argentina e de outros países – inclusive do Brasil –, bem como de diferentes grupos sociais. A entrevistada firma ainda que, entre essas mulheres, encontravam-se desde garotas de 14 anos até mulheres de 70, sendo que o maior número se concentrava entre as idades de 22 a 35 anos.

Antognazzi relata que a U.2 servia de vitrine à sociedade e aos grupos de defesa dos direitos humanos, encobrando o que o regime tinha de mais perverso, que eram as prisões clandestinas e os “campos de concentração”. Destaca que, durante toda sua vida de militância, não participou de movimentos considerados feministas, mas de movimentos em que estão inseridos homens e mulheres que lutam por direitos políticos, civis e sociais. Afirma, ainda, que naqueles tempos de ditadura sentia, contudo, dentro dos movimentos, um tratamento diferenciado a homens e mulheres, pelos próprios homens, o que em muitos momentos gerou conflitos internos, já que elas, as mulheres dos movimentos, buscavam o respeito e a expressividade de maneira igualitária (Antognazzi, 2008).

É bom informar que entrevistamos Antognazzi duas vezes, em dois momentos e de formas distintas. A primeira entrevista ocorreu na cidade de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, em setembro de 2008, quando ela foi ministrar uma palestra em um evento ligado ao curso de História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Nessa primeira entrevista, não sabemos por qual motivo, se pela figura do gravador ou se por nossa presença, a ela completamente estranha, Antognazzi nos passou uma imagem fugidia no que tange às questões que levantamos sobre sua identificação com a maternidade. Mesmo diante de nossa insistência em perguntas que envolviam seu filho, Antognazzi relatou muito pouco sobre ele, falou apenas que depois de ele ter sido levado aos avós paternos, foi revê-lo novamente cinco anos depois, já no exílio.

Perguntada a respeito da influência de sua militância e posicionamento político da época sobre as escolhas futuras dele, respondeu que não houve nenhuma. Inquirida ainda sobre as lembranças que ele possuía, na época da entrevista, acerca do período e sobre a forma como os dois analisavam aquele período, ela afirmou que ele não possuía nenhuma recordação e que, por isso, não falavam sobre o assunto. Quando lhe perguntamos como lidou com a possível falta que o filho lhe fizera, durante os cinco anos distante dele, desviou-se da resposta dizendo que na prisão não existiam filhas, mães, avós, tias etc., mas apenas mulheres que tentavam sobreviver. Essa afirmação já havia sido feita quando questionada sobre quem eram as adolescentes que estavam na mesma prisão que ela. Filhas de quem? E por que estavam lá, se como militantes ou se como filhas de militantes?

Percebemos que se Antognazzi se esquivara das questões que envolviam seu filho e a maternidade de maneira geral, ao contrário da postura diante dos questionamentos sobre sua militância e prisão, que descreveu com detalhes, demonstrava, talvez, certo desconforto com tais questões, possivelmente por perceber que não havia conseguido conciliar, no momento narrado, as identificações de mãe e de militante.

O segundo momento da narrativa de suas memórias ocorreu em janeiro de 2010. Ao procurarmos Antognazzi na cidade de Buenos Aires sem gravador ou bloco de anotações, mas apenas para uma visita de cortesia, ela concordou em conceder uma nova entrevista. Dessa vez sem gravador, mas escrita por ela. Combinamos enviar-lhe por e-mail um roteiro de perguntas, ressaltando que voltaríamos às questões antes indagadas e que não haviam sido respondidas por ela em 2008. Falamos sobre tais questões e de sua importância para nossa pesquisa. Enviado o roteiro de perguntas, não necessitamos esperar muito tempo pelas respostas, pois Antognazzi prontamente o devolveu com todas as questões abordadas.

A Antognazzi fugidia, receosa de falar sobre como lidou com as identificações da militância e da maternidade, dá lugar a uma mulher com *gana* de *sacar* dos subterrâneos de suas memórias uma parte de sua experiência ainda latente e que sentia ser aquele o momento de expô-la.⁶ A narrativa é de uma militante completamente engajada, tanto no passado

6 Certamente, essa mudança de comportamento teria que ser analisada de maneira mais profunda, tendo em vista que o momento presente interfere na rememoração do passado, portanto em sua narrativa.

como no presente, na luta por liberdade, justiça e direitos humanos e de uma mãe ciente de suas falhas e de seus acertos.

Antognazzi começa por esclarecer que não teve nenhum problema com seus companheiros de militância ou mesmo com o Partido, pois quando entrou para o movimento estava grávida. Relata ainda que foi muito bem recebida.

En el Partido se incorporaba muy bien a los hijos, se hablaba de lo importante que era tener hijos y formaba parte de la mística de aquella militancia el pensar que todo lo que hacíamos era con la promesa de lograr una sociedad mejor para ellos (Antognazzi, 2010, p. 1).

Sabemos que alguns movimentos de esquerda viam as crianças como futuros militantes e, ao que tudo indica, o movimento ao qual Antognazzi pertencia (a Frente Anti-imperialista e pelo Socialismo – FAS) pensava o mesmo. Daí decorre a explicação de não apenas aceitarem que mulheres grávidas aderissem a ele, como viam de grande importância a presença de crianças nas atividades em que estavam envolvidos, pais e/ou avós. Não temos, contudo, informações concretas de quanto essas organizações, efetivamente, promoviam ações práticas que ajudassem e/ou auxiliassem na criação dessas crianças.

Do nascimento do filho até sua prisão, Antognazzi relata que não teve nenhum problema em conciliar as duas identificações, tanto que “yo realizaba las tareas de la militancia, que eran todas legales, llevando a mi bebé junto con su ropita y comidas a las reuniones, y recurriendo a mis padres para algunas tareas en que no era apropiado llevarlo” (Idem, p. 1).

Seus problemas nessa conciliação, de acordo com sua narrativa, tiveram início quando da sua prisão, já que via como problemáticas as visitas no cárcere feitas por seu filho. Embora essas não passassem de duas por ano, preocupava-a a longa viagem que os avós faziam com ele para que o filho pudesse vê-la.

Na prática, os conflitos tornaram-se mais aguçados quando teve início seu exílio, onde ela se reencontrou com o filho.

Los abuelos lo llevaron para encontrarnos y lo dejaron conmigo, solito conmigo, una extraña para él, y además sin el padre frente a

la promesa de los abuelos que íbamos a “estar los tres juntitos”. En ese entonces, pocos meses, mi hijo cumplió allí 7 años. Iba a la escuela, otra lengua, sin su perro, sin sus abuelos, sin su mundo de escuela y amigos de Argentina. Otra movida fue el viaje hacia el país donde estaba el padre. Fue para mi hijo un golpe fuerte porque volvió a pensar en “los tres juntitos” y no pudo ser. Otra escuela, otras costumbres, otra lengua y al padre bastante ausente. Poco tiempo después salimos hacia Argentina haciendo una escala en un país limítrofe. Casi un año allí. Otra lengua, otro ambiente, y siempre compartiendo conmigo mi militancia, dedicada sobre todo en esos años a trabajar para subsistir y estudiar (Antognazzi, 2010, p. 4).

Antognazzi explica que quando foi presa, os militares buscavam seu companheiro, pai de seu filho, um dos líderes do movimento e que, naquela noite, participava de uma reunião em um bairro distante. Quando Antognazzi saiu da prisão e foi com seu filho encontrá-lo na Itália, onde ele estava exilado, ouviu dele que ela havia “se demorado” muito, que ele já estava com outra mulher. Segundo a entrevistada, isso foi um grande golpe para ela, mas mais ainda para seu filho, já que os avós sempre associavam a saída dela da prisão ao reencontro e união dos três. Essa questão, ligada a todas as outras que envolvem a vida de pessoas exiladas, fizeram com que ela tivesse grandes dificuldades na própria busca de alternativas de subsistência.

Quando nos referimos ao exílio, temos em mente todos os conflitos psicológicos, físicos e materiais a que as pessoas exiladas estão sujeitas. Dependendo da maneira e das condições em que tais pessoas migram, esses conflitos podem ser mais rapidamente resolvidos, mas também podem permanecer por anos sem soluções.⁷

A fragmentação dos sujeitos é um desses conflitos. Pensar, por exemplo, no idioma de origem e tentar se expressar no idioma do país em que se está inserido faz parte dessa fragmentação, onde não apenas os idiomas são diferentes, mas ao mesmo tempo se misturam; também novas

7 É bom esclarecer que não é por não tratarmos neste artigo dos aspectos positivos do exílio que eles não existem. Alguns deles são destacados em Soihet (2010, p. 208-224).

subjetividades se constituem paralelamente às antigas e, se em algum momento se chocam, em outras se complementam.

Da perspectiva já apontada de Veyne é que lançamos nosso olhar para a experiência de Antognazzi, que, aliada à experiência de várias(os) outras(os) argentinas(os) e brasileiras(os), fizeram do processo de exílio, durante o período das ditaduras militares em seus países, um dos fatos históricos que ainda trazem repercussões não somente em suas vidas, mas também se desdobram até hoje na esfera política e econômica do país.

Com todo o cuidado de não cairmos em análises generalizantes, pensamos que, no exílio, as diferenças sociais e econômicas das(os) exiladas(os), oriundas(os) ou não de um mesmo país, são muitas vezes amenizadas. Tais pessoas são padronizadas, malgrado as diferenças étnicas hierárquicas e as discriminações que se mantêm entre elas. A(o) exilada(o), contudo, ao chegar ao país que a(o) acolheu – voluntária ou involuntariamente –, independente de ser rica(o), pobre, profissional liberal, patrão ou empregada(o), é “classificada(o)” da mesma maneira: “estrangeira(o)”.

Assim, esse processo torna-se muito mais complexo a partir do momento em que observamos a hierarquia social evidenciada nesse contexto, bem como a hifenização dos sujeitos, que ficam situados entre dois mundos, duas culturas, dois idiomas, e que, ao mesmo tempo que buscam esquecer o que de ruim viveram em seus países de origem e se adaptarem ao que estão vivendo, não conseguem esquecer e/ou deixar de aspirar a determinadas posições que possuíam antes de se exilar, mas que dificilmente irão conquistar em um lugar onde não apenas são “classificados” como estrangeiros, mas também se “sentem” como estrangeiros.

Essa sensação de “entre-lugar”⁸, de não pertencer nem a um nem ao outro país, acaba por criar experiências em que os sujeitos necessariamente criam novas subjetividades como uma forma de autopreservação, de sobrevivência. Assim, observamos que as experiências do exílio, por mais próximas que sejam, são experiências vivenciadas de forma única e individual, bem como a própria constituição das subjetividades de cada um que tais experiências vão criar.

Em sua narrativa, ao contrário de Amelinha, Antognazzi não nega os conflitos que teve em conciliar as identificações da militância com a

8 Sobre esta questão ver Hanciau (2005, p. 127).

da maternidade. Ela assume os conflitos principalmente quando reflete sobre os desdobramentos que sua militância teve na vida de seu filho. De acordo com sua fala, devido à sua militância a vida dele passou por três grandes rupturas.

A primeira, narra ela, foi quando seu filho passou a viver com os avós, após sua prisão, e ela acompanhava seu crescimento por meio das poucas e esparsas visitas dele ao cárcere. A segunda teria sido quando ele se separou dos avós e passou a viver com ela no exílio, onde ambos tiveram que se adaptar a novos contextos, a novas culturas, constituir novas subjetividades. A terceira foi quando deixaram o exílio, após três anos: “llegar a la Argentina e ir a vivir a la misma casa donde había sido el allanamiento. Otra escuela. Estaban los abuelos pero los años pasados habían provocado una distancia entre mi hijo y ellos agravada porque vivían en otra ciudad” (Antognazzi, 2010, p. 4).

Desde o exílio, a partir do qual seu filho teve que desfazer antigos laços e tecer novas relações, até o convívio na casa em que outrora ele, em seu primeiro ano de vida, convivera com seus pais, Antognazzi diz ter consciência de que, devido à sua militância, em vários momentos da vida dele ela não conseguiu ser e dar o aporte que ele esperava e necessitava: “debo ver que mi militancia en estas etapas difíciles del exilio y del retorno que coincidieron con su adolescencia y juventud no me dejó tiempo suficiente para ayudarlo a resolver todos sus problemas” (Antognazzi, 2010, p. 4).

As palavras de Antognazzi apontam o conflito que vivenciou por não dar conta de conciliar a sua identificação de militante com a da maternidade. Ao contrário do que afirma Amelinha, quando diz que sua militância influenciou seus filhos a seguirem sua luta⁹, Antognazzi ressalta que seu filho¹⁰ descobriu outra forma de contestar e de lutar por um “mundo melhor”, trilhando os caminhos da música – tornou-se um grande baterista em seu país –, e que a influência de sua militância ficou restrita aos sólidos princípios que ele possui (Antognazzi, 2010, p. 4).

9 Janaína entrou para o PCdoB aos 13 anos de idade. Tanto ela como Edson, ao lado da mãe, estão engajados em movimentos de responsabilização do Estado e de luta em defesa dos direitos humanos, políticos e civis.

10 Em nenhum momento das duas entrevistas Antognazzi diz o nome do filho. Embora saibamos seu nome devido a conversas informais, optamos por não expô-lo, uma vez que acreditamos ter sido proposital a omissão, nas entrevistas, feita por ela.

Inquirida, ainda, sobre se em algum momento se arrependeu de ter tentado conciliar ambas as identificações, responde:

No tengo recuerdo de haberme arrepentido de nada. Por el contrario mantuve firme la idea de que todo lo que había hecho y lo que hacía dentro de la cárcel era parte de mis decisiones políticas que defendía; también tenía presente en todo momento mantener una imagen de dignidad y consecuencia entre mis principios y mi práctica que estaba segura iban a servir a mi hijo como modelo de vida. Esperaba ansiosamente noticias por carta acerca de él para poder seguir de alguna manera su crecimiento. Fueron 5 años de prisión que yo los medía al constatar su crecimiento a través de las escasas visitas. [...] La figura de mi hijo fue un norte, una guía, una estrella que me guiaba para estar bien en la prisión, para sortear los obstáculos, para que me encuentre bien a mi salida (Antognazzi, 2010, p. 2-3).

Antognazzi diz ainda que, apesar de em muitos momentos ter sido acusada por seu filho de ter se dedicado mais à militância do que a ele, e com todas as dificuldades que enfrentou em relação a essa questão, jamais deixou que suas atividades de militância se sobressaíssem à sua atuação como mãe – contradizendo-se, já que anteriormente havia afirmado que a militância não deixou que ela destinasse a devida atenção aos problemas do filho enquanto adolescente. Reconhece, contudo, que falhou com ele, pois havia lhe prometido que, com a sua luta, iria “mudar o mundo”; “pero, es cierto no pude cambiar el mundo ¡todavía! ¡Ja! como se lo había prometido” (Antognazzi, 2010, p. 2-3).

Ficamos na dúvida se a resistência de Antognazzi em falar sobre a identificação da maternidade, quando da primeira entrevista, foi por melindre diante do gravador ligado ou se o melindre foi por nós causado, por termos feito com que ela rememorasse as acusações do filho, bem como a certeza de que sua luta não transformou o mundo, como havia prometido a ele.

Amelinha e Antognazzi, duas mulheres, dois países, duas histórias. São vidas que se cruzam nos sonhos, nos ideais e na luta pela vida, pela liberdade e pelos direitos humanos. São duas mulheres que carregam consigo marcas extremamente semelhantes: mães e militantes, lutaram com a esperança de dar a seus filhos um “mundo” melhor, mais digno. Suas

subjetividades, porém, fazem com que outras feridas do passado ainda as machuquem: Amelinha denuncia a dor de quando foi expulsa do partido (Teles, 2009, p. 11), e Antognazzi o claro ressentimento em relação ao companheiro, que a abandonou na prisão (Antognazzi, 2010, p. 3).

A maneira como lançamos nosso olhar sobre as trajetórias dessas mulheres vai mostrando as características e os desfechos de suas experiências. O elemento memória e o objeto narrativa se tornam essenciais devido ao fato de que nos deparamos com visões de uma história que, para ser posta à discussão, muitas vezes necessita de outras fontes que coloquem na cena histórica sujeitos até então mantidos nos subterrâneos dessa mesma história.

Essas mulheres, ao narrarem suas memórias, nos mostram que são sujeitos detentores de subjetividades, que carregam em si toda uma carga de símbolos e de significados, os quais nem sempre são compreendidos por nós e devem, portanto, ser analisados de maneira cuidadosa. Trata-se de uma cautela essencial para não nos perdermos no emaranhado de suas narrativas, correndo assim o risco de não percebermos que, se em suas trajetórias, existem semelhanças em suas identificações – resguardadas as particularidades –, como no caso da militância, e que também existem, para uma mesma identificação – a da maternidade –, significações distintas. Se, para Amelinha, a maternidade é um projeto coletivo, para Antognazzi é individual. Contudo, apesar das diferentes significações dadas por uma e por outra, no vivenciar tal identificação, ambas narram apreensões, problemas, sonhos e conflitos que aproximam suas histórias e demonstram que, apesar de não necessitarem mais usar de codinomes e/ou criarem ficções/realidades, ainda, no “constituir de si”, lutas cotidianas são travadas, lutas durante as quais os paradigmas de suas causas são constantemente repensados.

Entrevistas

ANTOGNAZZI, Irma. Entrevista concedida a Ivonete Pereira. Marechal Cândido Rondon (PR), 20/8/2008.

ANTOGNAZZI, Irma. Entrevista Escrita concedida a Ivonete Pereira em janeiro de 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. São Paulo (SP), 24/8/2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Ivonete Pereira. Florianópolis (SC), 7/5/2009.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BRASIL: nunca mais. Arquidiocese de São Paulo. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CARVALHO, Luis Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.
- COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, M. Teresa Porciúncula (Org.). *Memórias (das mulheres) do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres – militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, (8/9), 1997.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras/Martins Filho, 2002.
- GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militantes. *Estudos Feministas*, 5(2), 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HANCIAU, Nubia. Entre-lugar. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 125-141.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *História da maternidade e História Oral: trajetórias historiográficas e desafios metodológicos*. Curitiba/PR, 2008, memo.
- MIRANDA, N. & TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 1999.
- MOTTA, Alda Brito da. Gênero, idades e gerações – introdução. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, 2004.
- OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE,

- Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (Comp.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006,
- REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral: memória e histórias traumáticas. *História Oral*, Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 4, jun. 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOIHET, Raquel. Feminismo x antifeminismo de libertário: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário. In: x SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- SOIHET, Rachel. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. In: PEDRO, Joana & WOLFF, Cristina S. (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VALLE, M. R. *1968, o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Antonio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.

Resumo: Através do estudo de casos, este artigo apresenta algumas reflexões acerca das identificações com a militância e com a maternidade, vivenciadas por mulheres brasileiras e argentinas que participaram de grupos de resistência à ditaduras de seus países no período de 1964 a 1989. Refletimos sobre a maneira como lidaram com os conflitos inerentes às atividades da militância e à prática da maternidade no período em questão.

Palavras-chave: identificações; militância; maternidade; resistências.

Study of cases: narratives on the militancy and the maternity in Brazilian and Argentine dictatorships (1964-1989)

Abstract: Through case studies, this article presents some reflections on the identification with the militancy and motherhood, experienced by Brazilian and Argentine women who participated in groups of resistance to dictatorships in their countries from 1964 to 1989. We ponder on how they dealt with the conflicts inherent to the activities of militancy and practice of motherhood in the period in question.

Keywords: identifications; militancy; motherhood; resistance.